

RONDAS À CIDADE: uma coreografia do poder*

Heloisia Rodrigues Fernandes**

RESUMO: Este artigo procura interpretar algumas dimensões das práticas policiais de esquadrinhamento e vigilância do espaço urbano paulistano da década de 70: as rondas. Analisa a reorganização do aparelho policial pela ideologia da segurança nacional que, centrada na tese do “inimigo interno”, transforma o cidadão em “suspeito”, discriminando especialmente o trabalhador ao qual cabe o ônus de provar que não é “bandido” ou “marginal”. Discute como a imprensa do período tende a criticar as rondas apenas pelos seus “excessos”. Aponta alguns paradoxos do “discurso da suspeita” e, entre eles, o mais escandaloso: em nome do “cidadão de bem” dissolve a cidadania.

UNITERMOS: Violência policial, violência urbana, ronda policial, vigilância policial, cidadania.

Em maio de 1976, durante treze dias, as ruas da zona Sul da cidade de São Paulo sujeitaram-se a uma prática policial inédita¹: a chamada “Operação Alfa”. “Viaturas rodando dia e noite pelas ruas, patrulhas à cavalo, guardas de trânsito parando carros, investigadores e policiais militares nos bares, revistando fregueses, pedindo documentos, às vezes prendendo.”² São cerca de três mil homens pertencentes à Rota, Roe,

* Texto apresentado no Congresso da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), em agosto de 1986.

** Professora doutora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

1 Neste trabalho, a interpretação das rondas policiais abstrai o processo histórico que as instituiu. Para uma cuidadosa análise deste processo, veja-se Pinheiro, 1982.

2 MACEDO, F. e BRANCO, A. Operação Alfa: a Polícia estuda o crime nos bairros ricos, favelas, vilas e esconderijos da Zona Sul. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 3 mai. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566: Polícia-Brasil-São Paulo).

Tático Móvel, Rádio-Patrolha, investigadores do Deic, Deops e Degran. Após longo período de planejamento, a Secretaria da Segurança Pública teria concluído que “a região Sul é a área mais heterogênea de São Paulo, com quase dois milhões e meio de habitantes, ocupando mais de 45% do espaço territorial da cidade e onde vivem todos os tipos de classe social. Por ter estas características, a zona Sul é a que mais atrai o marginal (...)”³. A zona Sul foi dividida em três regiões – A, B e C – e a Operação concentrou-se basicamente na região A, correspondente às áreas de Santo Amaro, Cidade Adhemar, Vila Guarani, Capão Redondo, etc., onde viviam, na época, mais de 1 milhão e 300 mil pessoas que, segundo a Secretaria, “compõem uma população muito diversificada. Há as áreas dos Jardins, da classe alta (...), existem mais de 200 favelas e mais de 300 vilas, lugares considerados como redutos de marginais”⁴. A precariedade dos serviços urbanos – ruas sem pavimentação, desprovidas de luz, água e telefone – teria prejudicado a eficiência da Operação que, mesmo assim, em sua primeira semana realizou 481 detenções para triagem, 21 prisões em flagrante e prendeu três homens condenados pela Justiça.

A transformação da zona Sul em “tubo de ensaio” dessa prática policial encontra na heterogeneidade social seu critério seletivo. É o espaço urbano do excesso e do excessivo, o choque dos extremos da opulência e da miséria que o poder pretende diferenciar, classificar, hierarquizar, vistoriar, controlar. Os perigosos já estão pressupostos: escondem-se nas favelas e nas vilas.

Em março de 1976, a 11ª Delegacia, que serve à região A da Operação Alfa, teria registrado as seguintes ocorrências: 78 casos de roubo (um recorde na zona Sul), 32 de furto qualificado, 54 casos de furto simples, 5 de homicídio e 187 acidentes de trânsito. Uma das ocorrências de maior destaque nessa delegacia fôra a denúncia de cárcere privado contra a construtora Alfredo Mathias, no começo do ano⁵. Na imprensa, os 187 acidentes de trânsito comparecem sem destaques, apagados numa segunda cena, e, não obstante, ultrapassam a soma de todas demais ocorrências. Curioso processo de deslocamento, seja da imprensa, seja do discurso do poder, que destaca os crimes contra a propriedade enquanto mantém nas sombras a violência contra as pessoas, seja nos acidentes de trânsito, seja no cárcere privado da construtora Alfredo Mathias.

As práticas policiais de esquadrinhamento do espaço urbano são socialmente discriminatórias e seriam escancaradamente proclamadas na Operação “Tira da Cama” quando, ao amanhecer, os policiais faziam triagens nas favelas, levando para o Deic todos os suspeitos. Segundo editorial do *Estado de S. Paulo*, de outubro de 1976, 98%

3 *Idem ib.*

4 *Idem ib.*

5 *Idem ib.*

dos detidos eram trabalhadores sem documentos e que perdiam um dia de serviço até serem liberados ⁶.

Desde meados da década de 70, a cidade de São Paulo transformou-se em corpo esquadrihado, vigiado, controlado e reprimido por inúmeras práticas policiais desse tipo: operação Cipó, Teia de Aranha, Lunhar, Alvorada, Boreal, Abraço, Arrastão, Pente Fino, sem esquecer a famosa Operação Camanducaia que transportou e abandonou meninos famintos e seminus nas proximidades da cidade mineira de Camanducaia. Processos de esquadrihamento, vigilância, controle e repressão que justificaram, também, a criação de inúmeras rondas policiais: RONE, Patrulha 59, RUPA, RUDI, RUDEIC, RUDEGRAN, ROE, ROTA, GARRA ⁷.

Uma verdadeira coreografia policial transforma a cidade em um corpo suspeito e sob contínua vigilância escópica; as ruas de São Paulo são o palco onde se encena um espetáculo do poder. Máquina panóptica, se se preferir, mas sob a condição de não esquecer que, aqui, muitas vezes o olhar precipita-se e *passa ao ato*. Evoco, como exemplar, o caso da Rota 120. Setembro de 1976, dia 7, a cidade terminava de comemorar o dia da independência nacional: “A uma hora da madrugada – segundo o sargento Waltério – surgiu ‘aquele volks azul claro (...) na avenida Voluntários da Pátria (...). Segundo ele, os ocupantes do automóvel estavam em ‘atitude suspeita’. Aí resolveram seguir o volks. (...) o motorista da viatura acendeu o farol alto e o pisca-pisca, dando sinais para que o motorista do volks encostasse. (...) Ao invés disso, o volks aumentou a velocidade, (...). Então, ligamos a sirene” ⁸. Inicia-se uma caçada que, em poucos minutos, percorre sete quilômetros da cidade: o volks segue pela Avenida Santos Dumont, Tiradentes, Prestes Maia, São João e chega à rampa que dá acesso ao Minhocão. “Quando o carro subiu a rampa, atiramos com intenção de acertar nos pneus. Aí o motorista perdeu o controle do volante e bateu contra a mureta de proteção” ⁹.

José Brito Correia estava dentro do volks azul e, nervoso, relata: “Eu e o Flávio fomos a um baile do Movimento Jovem, em frente à Igreja. Depois, saímos com mais dois colegas e fomos tomar uma cerveja lá perto. Era meia-noite e quinze mais ou menos quando chegaram o Marcos e o André, de carro, e nos deram carona até a cidade. Na rua Voluntários da Pátria, um carro da ROTA começou a seguir o nosso carro.

6 A ‘Garra’ rondando as rondas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

7 Devo à reportagem indicada na nota anterior a listagem tanto das Operações quanto das rondas. As duas aguardam pesquisa historiográfica mais sistemática; o que é uma lástima, pois o esquecimento é uma das armas dos poderosos.

8 Atrás do volks, os homens da Rota. E eles vão atirar. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 8 set. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

9 *Idem ib.*

Ligaram o farol e vieram bem atrás. No começo, pensei que não era conosco. Inclusive porque a gente não tinha feito nada. Até que o André, que estava dirigindo, olhou pelo retrovisor e disse: ‘Olha pessoal, eu não tenho carteira e sou menor de idade’. Falou que o carro era da namorada, ou que o carro estava no nome dela, não me lembro bem. Quando íamos subindo a rampa, eu ouvi um tiro. Eles (os policiais) contaram depois que atiraram no pneu, e devem ter acertado no pneu mesmo porque batemos na grade da rampa. (...) Só escutei o barulho das rajadas. Não sei direito como apareceu outra ROTA, só sei que ela passou pela gente (...) e ficou na nossa frente. Então, uma atirava pela frente e a outra por um lado (...). Na hora em que o Flávio levou dois tiros no braço, caiu por cima de mim. Pensei em ajeitá-lo no banco, mas fiquei com medo: nós dois podíamos morrer. Ele ficou do meu lado, quase desmaiado, recebendo os tiros – cinco na perna. Depois do Flávio, foi o Marcos. Levou uns três tiros e ficou também meio desmaiado. Depois, o André. Achei que ia ser a minha vez, (...), mas aí eles pararam de atirar. (...) Quando eles viram que estava tudo calmo, mandaram a gente descer e deitar no chão (...). O André desceu do carro com dificuldade falando: ‘Eu vou morrer, eu já sei que vou morrer!’ O sangue jorrava da barriga, na altura dos rins, e ele estava impressionado”¹⁰.

A ronda aos “suspeitos” havia terminado: Marcos, 19 anos, 8 tiros no corpo e nos braços; André, 16 anos, 2 tiros nas costas, estado grave; Flávio, 17 anos, 5 tiros nas pernas e 2 nos braços. No volks azul, pertencente à namorada de André, a polícia teria encontrado um revólver Rossi, com 6 cápsulas, sendo 5 intatas e uma deflagrada, mas não poderia ter sido utilizado pelos rapazes porque estava bastante enferrujado. O motorista da ROTA disse que não sabia se os rapazes haviam atirado contra a viatura porque a “sirene estava ligada”. Os integrantes da ROTA utilizaram duas metralhadoras Bereta e um revólver Taurus, calibre 38. O Secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, acusou o motorista do volks: “Foi um ato irresponsável, negligente, uma idiotice”. Ele mesmo declara que, no início da semana havia solicitado “um policiamento preventivo reforçado na cidade, porque o mês havia começado de forma temerosa com panfletos e bombinhas de São João”¹¹.

Segundo a imprensa, o “coronel Erasmo Dias mostrou-se constrangido quando terminou o recolhimento dos policiais da ROTA 120 ao seu quartel. Isso porque fora ele mesmo quem pedira à ROTA um policiamento preventivo especial para a véspera do dia 7 de setembro, quando haveria um grande desfile na avenida Tiradentes. Havia suspeitas de lançamento de panfletos e pichações de muros, principalmente nas ruas próximas ao local do desfile”¹². O comandante-geral da Polícia Militar justifica: “Que

10 *Idem ib.*

11 *Idem ib.*

12 O caso da ROTA 120. Violência desnecessária, excesso policial. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 13 set. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

eram meninos, só fomos saber depois. Não estava escrito no carro: 'somos meninos'. Assim como eram meninos, poderiam, também, ser bandidos perigosos. Poderiam ser terroristas. E aí, como é que ficamos?"¹³.

Apesar dos inúmeros deslocamentos, ainda é possível reter como o discurso aponta os "suspeitos"; são os passadores de panfletos, os deflagradores de bombinhas de São João, os pichadores de muro, os bandidos perigosos e os terroristas. No mesmo movimento, o "discurso da suspeita" articula seu ponto de fuga: o "erro" deve-se ao "excesso de zelo" do olhar, e não à existência mesma do olhar. O mesmo Secretário da Segurança, pouco tempo atrás, argumentara com Ignacio Loyola Brandão: o "articulista já meditou o que representa enfrentar marginais de arma na mão, normalmente dopados, como cães raivosos? (...) O assaltante impune é uma besta fera que se torna cada dia mais prepotente e que mata simplesmente por matar! (...) Não se pode nem se deve assistir ao crime de modo impassível: seria conivência criminoso de toda Instituição! Só se erra quando se procura acertar, o omisso normalmente não erra! (...) Sabe o articulista o que é o clima de confronto entre o Banditismo e a Polícia? Do início, sempre se tem alguma noção: de seu desenrolar e de seu fim, só mesmo Satanás o sabe!"¹⁴.

Momento para determo-nos um pouco na maneira como a imprensa elabora essas práticas policiais do espaço urbano. Em geral, tende a ressaltar, a destacar, a iluminar sua crítica a essas práticas, mas numa operação muito específica que lhe permite cobrar o *excesso*, a *desmedida*, o *desvio*. Uma terapia corretiva tece a crítica que, cobrando o excesso, preserva a prática. O olhar profilático da imprensa busca *avaliar o olhar discriminador* da polícia e sugere a terapia: basta separar o "joio do trigo" para que se retorne à violência sob medida. Um editorial de *O Estado de S. Paulo*, de outubro de 1976, propõe a revisão de "todos os dispositivos que regulam a admissão de candidatos a agentes da ordem, para impedir as infiltrações maciças de tipos lombrosianos (...). Mas isso sem prejuízo de um expurgo urgente, radical, dos celerados que já se infiltraram"¹⁵.

O olhar profilático também é discriminador: apontando indivíduos, preserva instituições. Não é casual que a hipótese dos "indivíduos celerados" seja tão facilmente

13 Souza, Percival. Queixas do comandante sobre a pobre imagem da PM. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 17 set. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

14 Dias, Cel. Erasmo. Nós protegemos você. *Última Hora*, São Paulo, 29 jul. 1976; carta do Secretário da Segurança Pública em resposta à crônica de Ignacio Loyola Brandão, "Quem me protege". (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

15 Uma sociedade atemorizada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 out. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

assumida pelas próprias autoridades estatais. Mais ainda, quando os “indivíduos celerosos” são dissolvidos em um grupo social, reapresenta-se – mas agora do outro lado – uma imagem que busca evidenciar a mesma conexão classes trabalhadoras/classes perigosas. Pronunciando-se sobre o mesmo caso da Rota 120, um representante do Ministério Público declara à imprensa que “são múltiplas as causas da criminalidade na polícia: a improvisação dos policiais, a ausência de critérios de seleção no seu recrutamento, e, acima de tudo, o espírito de prepotência arbitrária e crueldade que surge nos *homens de educação inferior* quando investidos de autoridade. (...) A superioridade ocasional que não merece, ele a entende como um poder discricionário e tirânico e dir-se-ia que procura desferrar-se das humilhações passadas, exercendo toda a sorte de vexame contra aquele que (...) lhes caem sob o guante”¹⁶. Duas declarações do Secretário da Segurança, cel. Erasmo Dias, evocam uma conexão semelhante: “o PM é fruto do meio também, não é? Ele tem as mesmas tensões do padeiro, do marido e da mulher. Na semana passada, de três homicídios que aconteceram em um dia, os três foram praticados por PMs. Um matou a amante; outro PM matou a mulher. Você vê que é tudo caranguejo do mesmo saco”¹⁷. Ou, então, quando afirma: “A seleção do nosso policial é feita segundo os padrões que satisfazem a sua função, dependendo entretanto do meio donde proveio e do meio onde vive! É pura questão de biologia e de ecologia! (...) não cabe na Instituição o prepotente, o negligente, o omissivo, o mau caráter! (...) Somos na Polícia Militar mais de 50.000 homens. Existem e existirão as ‘ovelhas negras’ no meio do rebanho! Temos sumariamente os devolvido à sargeta de onde vieram”¹⁸.

Novo processo de deslocamento que, ao mesmo tempo, silencia a organização do aparelho policial pela ideologia da segurança nacional que, centrada na tese do “inimigo interno”, permite articular o “discurso da suspeita” a uma prática dos serviços policiais baseada na lógica da “produtividade”¹⁹. Igualmente silenciadas as dificuldades

16 No fim da sindicância, o promotor culpa Rota 120. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 set. 1976; grifos meus (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566). Note-se que a alusão às humilhações passadas faz ecoar o reconhecimento constrangido de que na sociedade brasileira, os “homens de educação inferior” estão submetidos a condições excepcionais de violência social.

17 “O crime está aumentando”, entrevista com o Secretário da Segurança de São Paulo, Revista *Veja*, 11 de maio de 1977, p. 6. Na linguagem policial, PM é usado para designar o soldado.

18 “Nós protegemos você”, *op. cit.*

19 Essa lógica da produtividade pode ser inferida do depoimento que obtive de um oficial que avaliava negativamente suas conseqüências: “A questão passou a ser a de como mensurar o trabalho de um batalhão. Não se podia medir em litro, nem em quilo, nem em metro. Foi aqui que entrou a produtividade. Ela tornava possível a mensuração. Por exemplo, dez bandidos mortos ou presos já dava uma mensuração. E também dava para avaliar o nível do produto que se conseguia obter. Por exemplo, dez viciados em maconha presos não tinham o mesmo valor, o mesmo peso, que dez bandidos desarmados presos. Mas dez bandidos desarmados presos não tinham o mesmo valor que dez bandidos armados presos”. Verdadeira lógica do valor de troca segundo a qual “mostrar serviço” tornou-se critério de avaliação e de promoção do pessoal da instituição, especialmente os da tropa.

de sobrevivência econômica²⁰; a jornada de trabalho extensa – chegam a trabalhar 14 a 15 horas ininterruptas²¹ – e estressante²², e o rigor punitivo da disciplina²³. Vez ou outra, alguns dados esparsos ganham a imprensa: taxas elevadas de desquites; espancamento e assassinato das mulheres; alcoolismo; somatizações – úlceras, hipertensão e enfarte – e suicídios²⁴, mas não retornam de forma elaborada à própria instituição. Basta observar que as praças encontram inúmeros empecilhos para se organizarem em associações que não sejam meramente assistenciais²⁵. Em suma, o discurso justificador seja pela via do “zelo excessivo”, seja pela via da “violência excessiva”, mantém inexpugnável tanto o “discurso da suspeita” quanto a prática interna de uma das instituições mais autoritárias da sociedade brasileira.

Inexpugnável, o “discurso da suspeita” preserva a tese da transformação do espaço urbano em corpo a ser esquadrinhado, vigiado, percorrido por um olhar persecutório seletivo e adestrado. Destacam-se como elementos desse discurso:

-
- 20 Nitrini, D. e Valle, P. PMs dizem que baixos salários e punições levam à violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1983, p. 10. Nesta reportagem, são transcritas as declarações de um soldado da PMSP segundo as quais grande número de praças “mora em barracos, em favelas mesmo, na periferia, e têm de sair de casa sem farda para os malandros da vizinhança não descobrirem que são policiais”.
 - 21 Extensão e intermitência da jornada de trabalho que dificultam a manutenção de relações estáveis com a família.
 - 22 A extensão é agravada pela “intensidade” da jornada. Os soldados participam diariamente de situações tensas e dramáticas e, ao mesmo tempo, estão obrigados a se preservar de qualquer envolvimento emocional. Segundo o Chefe da Clínica Psiquiátrica da PMSP, o alcoolismo é um dos problemas mais comuns entre os soldados, mas também são elevados os índices de distúrbios mentais (em 1985, haveria 600 esquizofrênicos na instituição). Dados da reportagem de Alencar, G. Por que os PMs ficam loucos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mai. 1985, p. 60.
 - 23 Em 1983 a imprensa denuncia que soldado que faltasse um dia ao trabalho pegava cinco dias de xadrez e que, no Regimento de Cavalaria 9 de julho, os soldados presos são acordados às 5 horas da manhã e impedidos de sentar ou encostar nas paredes da cela: “retiram o colchonete da cadeia e mantém a cela molhada recolocando-a só às 22 horas”. Nitrini, D. e Valle, P. PMs dizem que baixo salário e punições levam à violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1983, p. 10.
 - 24 Segundo o Centro Social de Cabos e Soldados, 40 soldados teriam se suicidado em 1984. Com um efetivo de 60 mil homens, a proporção seria de 66 suicídios para cada 100 mil pessoas, índice superior ao triplo daquele registrado na Suécia que detém o maior índice de suicídios do mundo. “Suicídio de soldado PM inquieta corporação”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 abr. 1985, p. 19. Veja-se também “Cresce o número de suicídios na PM”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 abr. 1985, p. 20.
 - 25 Não é casual que, em outubro de 1983, as praças tenham tentado expressar suas reivindicações através da criação de uma Associação Beneficente de Esposas de Policiais Militares do Estado de São Paulo. Em maio de 1984, essa Associação divulgou um documento entregue à imprensa, às Secretarias da Segurança e da Justiça, OAB, Cúria Metropolitana e outros órgãos do governo estadual que denuncia perseguições, ameaças, transferências e prisões de praças.

1. *A mobilidade do olhar.* Um ex-sargento que entrevistei faz o seguinte depoimento sobre seu serviço na ROTA: “É que eu me sinto livre. O serviço é dinâmico, não é estático. Estamos num bairro e, daqui há pouco, estamos em outro. Estamos quietos e, de repente, corremos atrás de um carro suspeito. É um serviço gostoso.”

2. *O adestramento do olhar.* O mesmo ex-sargento continua: “A ROTA não tem área. A ROTA procura serviço. O pessoal fica nessa disputa para ver quem enxerga mais: se faz movimento suspeito, se não faz movimento suspeito. O suspeito não é aquele que faz algo; às vezes, é não fazer nada.”

3. *O atuar.* Eis como é apresentado pelo mesmo ex-sargento: “O pessoal sabe tratar com o público. Não chega violento, agredindo. Chega duro. Chega armado para intimidar, seja bandido ou não. Se aborda alguém é porque teve suspeita, e, se teve suspeita, não pode chegar mole, tem que chegar duro. Infelizmente, por causa dos outros, tem que chegar duro.”

O primeiro elemento pertence ao dispositivo escópico²⁶ do *voyeurismo*. Mas, o segundo resvala para o registro persecutório, e, assim, a mobilidade do olhar fica sobredeterminada pela função: localizar o suspeito. Finalmente, o terceiro desloca o *voyeurismo* para o polo oposto do *exibicionismo*. A linguagem impregna-se de imagens evocativas de uma sexualidade – “chega duro/não pode chegar mole” – que quer se *dar-a-ver*, que se oferece ao olhar do outro, que se exhibe para intimidar. Mas, então, o olhar refinado na escola da astúcia faz parte dos preparativos, e, assim, a máquina escópica é apenas mediação do dispositivo do poder que se faz teatro e se oferece em espetáculo. Há uma estética onde se destacam as armas²⁷ e os uniformes – sintomática-

26 Freud fala da *Schaulust* – ver, ser visto – como pulsão parcial. M. D. Magno, na sua cuidadosa versão dos textos de Lacan para o português, utilizou “pulsão escópica” para traduzi-la, e é deste modo que foi incorporada ao campo psicanalítico no Brasil. Sobre a pulsão escópica e sua manifestação na perversão (como, por exemplo, no *voyeurismo*), veja-se Lacan, 1979, p. 172-4 e Metz, 1980, p. 71-82.

27 Este trabalho não se deteve na tecnologia crescentemente sofisticada dessas práticas policiais. Em julho de 1977, por exemplo, a PMSP expôs à imprensa suas novas aquisições que, com exceção das botas e macacões, são importadas. “Os novos instrumentos incluem carros blindados, lança-granadas de gases, *spray* para longa e curta distância com gases lacrimogêneos, ‘fumaçapimenta’, agentes químicos para produção de distúrbios estomacais, vomitivos, intestinais e bastões geradores de choque elétrico, máscaras com megafones, explosivos, bem como lanternas com a luminosidade do farol de um avião ‘Boeing’, destinados a cegar por cinco ou dez minutos a pessoa atingida”, “As novas armas para a polícia”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 jul. 1977 (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566). Uma descrição minuciosa e detalhada desses novos equipamentos pode ser encontrada no artigo de Fausto Macedo, “As novas armas da Polícia”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 25 jul. 1977, *idem ib.* Há, inclusive, o desenho do que seria um soldado revestido com esse instrumental; imagem escancarada do desaparecimento do homem transformado em mera extensão da própria arma.

mente escuros e dotados de uma certa excentricidade. Mas há, também, uma coreografia que alterna a mobilidade à imobilização numa postura congelada: “chega duro/chega armado”. Assim, as rondas policiais permitem explicitar uma dimensão do poder onde a máquina escópica se metamorfoseia em teatro com seus cenários, indumentárias e ritos.

Quanto à dramaturgia, alguns dos seus elementos foram ressaltados aqui através da alusão à operação Alfa, da operação Tira-da-Cama, da operação Camanducaia e do caso da Rota 120. Restaria alinhar alguns dos seus mais evidentes paradoxos.

Em nome da luta contra o “banditismo”, a partir de meados da década de 70, a cidade de São Paulo tornou-se espaço ocupado pelas práticas policiais das rondas. Elaborou-se um “discurso da suspeita” que pressupõe a divisão da sua população em dois grandes contingentes: o do cidadão e o do “inimigo”. As rondas encarregam-se de diferenciar, classificar, hierarquizar, controlar, vigiar e reprimir o espaço público das ruas. Paradoxo do olhar discriminador que, afirmando o suspeito como o *diferente*, no mesmo movimento transforma o cidadão na sua antítese, pois agora o não-suspeito é aquele que não se diferencia, que não se destaca de uma massa homogênea e passiva.

Paradoxo insustentável, também, de um discurso que ainda pretende um saber discriminador no momento mesmo que proclama sua impotência, como reconhece, em 1976, o próprio Secretário da Segurança: “Nossa cidade tem 20 mil bandidos à solta, mas é evidente que não está escrito na testa de ninguém: ‘sou bandido’. Ou ‘sou cidadão de bem’ ”²⁸. Desatino de um discurso que pretende conservar sua racionalidade no mesmo momento que reconhece sua dimensão imaginária: sua vidência compromete-se com a do prestidigitador, a do mago ou a do mero apostador. Se o sinistro emerge neste buraco na rede de sentido, procura-se velá-lo ou colmatá-lo com o excesso do sentido propiciado pela lógica da eficiência. Eis porque o mesmo Secretário acrescenta logo a seguir: “Se houve erro, algumas vezes, é porque a Polícia agiu. Ninguém pecou por omissão”²⁹. Ou, então, mais explicitamente, quando declara: “o mais bem preparado policial, naquele momento, naquele instante que tiver que decidir talvez erre! Erra por cumprir a missão! É o triste preço do policial! Não será por plena consciência que o policial se toma criminoso: é o cumprimento do dever”³⁰. Obrigado a associar crime, missão e dever, o excesso do sentido não apenas não consegue colmatar o buraco, mas fá-lo esgaçar-se ainda mais.

28 O Secretário determina o fim das metralhadoras. E explica. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 30 nov. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

29 *Idem ib.*

30 Erasmo contesta as críticas à Polícia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 nov. 1976. (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566).

Melhor fundamentada, então, a avaliação profilática e conservadora da imprensa, pois consegue deslocar-se para a crítica da violência *excessiva* e pretende engessá-la *sob medida!* Em 1977, uma reportagem do *O Estado de S. Paulo* aprova a aquisição dos novos armamentos para a PMSP: “Nos conturbados dias que vivemos, certos protestos populares podem apresentar graves ameaças para a ordem pública (...) Em consequência, devem as Polícias estar preparadas para combater movimentos que possam derivar para a violência ou a ilegalidade”³¹. No bojo da justificação já vem previsto o “risco do excesso”: os novos equipamentos devem ser entregues a soldados “rigorosamente selecionados”, pois não podem cair nas mãos dos “ignorantes” e daqueles que “agem sob impulsos, com truculência (...) o que tem levado o titular da pasta da Segurança Pública a tomar providências repressivas e até a impor punições aos mais atrabalhados”.³²

Em seu *O Cemitério das Utopias* – texto que promete encontrar ampla clientela no Brasil graças à crítica à “doutrina trinitária: pobreza – crime – solução social”³² – Xavier Raufer não se esquece de mencionar que pesquisas atuais na área de criminologia nos Estados Unidos e Inglaterra permitem concluir que, embora o “medo do uniforme” exista, a polícia não consegue bloquear qualquer “onda de delinqüência de amplitude”, independentemente dos seus efetivos mobilizados na rua³⁴. Uma das razões, provavelmente, das novas propostas enfatizarem especialmente as medidas de prevenção comunitária³⁵. Ainda que em segundo plano, Raufer é levado a mencionar que essas novas pesquisas têm revelado que a maior proporção de “criminalidade violenta” se dá no espaço das famílias e da vizinhança. Pesquisas recentes nos Estados Unidos demonstram que 20% das agressões, 33% dos estupros e 50% dos assassinatos ocorrem no interior das famílias; sem mencionar praticamente 100% dos casos de mulheres e crianças espancadas e, obviamente, os incestos. O risco de uma mulher ser espancada por seu marido é 250% maior do que o de ser agredida na rua³⁶. Por outro lado, um dos pontos fortes da sua argumentação é o da existência de territórios e microculturas violentas, espaço urbano sob domínio da figura que Raufer denomina “predador violento”, que

31 “As novas armas para a polícia”, *op. cit.*

32 *Idem ib.*

33 Raufer, 1985, p. 29.

34 *Idem ib.*, p. 74.

35 *Idem ib.*, p. 144-9.

36 *Idem ib.*, p. 130.

restringe seu raio de ação ao âmbito da sua própria vizinhança³⁷. Não é, então, por acaso que, nos Estados Unidos, em 1985, o risco do homem branco ser assassinado nas ruas é de 1 em 131, enquanto o risco do homem negro é de 1 em 21! O risco da mulher branca é de 1 em 369 enquanto o da mulher negra é de 1 em 104³⁸! Obviamente, essas são estatísticas que não interessam à “democracia racial” brasileira pois obrigariam a deslocar a população negra do polo de “categoria perigosa”, onde tem sido colocada, para a de vitimada.

De certo modo, o raciocínio de Raufer não é tão diferente daquele que encontramos, em 1977, numa entrevista do próprio Secretário da Segurança de São Paulo, quando reconhece que “nós dizemos que há crimes que dependem da ação da Polícia e crimes que independem. O homicídio, por exemplo, independe. Polícia pode impedir homicídios? Agressão? Desinteligência? Não. Outros atos ilícitos dependem, embora indiretamente (...) o porte ilegal de arma (...) entorpecente. Agora, assalto não. Quanto mais Polícia você botar na rua, menos assalto terá, porque o ladrão não se arrisca se não tiver um certo grau de segurança”³⁹.

Apesar das pesquisas mencionadas por Raufer questionarem a conexão causal polícia nas ruas-assalto, tão encarecida pelo Secretário da Segurança de São Paulo, não deixam de ser interessantes as conclusões que poderíamos inferir do quadro divulgado pela própria Secretaria, em dezembro de 1977, sobre a média diária de ocorrências e sua natureza na cidade de São Paulo⁴⁰:

37 Para a discussão dos territórios e microculturas violentas, inclusive com a descrição do “predador violento” como tipo social, cf. Raufer, 1985, p. 133-144.

38 *Idem ib.*, p. 116, nota 1, fonte: *U.S. Bureau of Justice*.

39 “O crime está aumentando”, *Revista Veja*, 11 de maio de 1977, p. 3 (entrevista com o Cel. Erasmo Dias).

40 Tema do coronel: violência. *Jornal da Tarde*, 27 dez. 1977, (Arquivo de *O Estado de S. Paulo*, Pasta 5566). Trata-se de uma carta à imprensa assinada pelo Secretário da Segurança Pública. O quadro de ocorrências foi anexado à carta pelo próprio Secretário. Modifiquei a ordem de apresentação das ocorrências de modo a facilitar sua leitura segundo os critérios do próprio Secretário.

Quadro das ocorrências na cidade de São Paulo em 1977

Natureza da ocorrência	Média diária
homicídio, tentativa de homicídio, aborto	2
maus-tratos, abandono, desinteligência	90
rixa, agressão, desordem, briga	160
atentado violento ao pudor, estupro	2
dano material, incêndio, explosão	11
jogo, vadiagem, mendicância, embriaguez	18
parturientes	14
dementes	27
acidentes de trânsito com vítimas	105
entorpecentes	5
porte ilegal de armas, apreensão de armas	13
estelionato, furto, punção, contos, fraudes	73
roubo, tentativa, assalto	48
furto de automóvel	27
TOTAL	595

Segundo essas informações, ainda que preservássemos os critérios do próprio Secretário da Segurança, das 595 ocorrências diárias, em 1977, apenas 148 delas dependeriam *diretamente* da ação da Polícia – estelionato, furto, punção, contos, fraudes, roubo, tentativa, assalto e furto de automóvel e, no máximo, 166, considerando também a atuação indireta – entorpecentes, porte ilegal de armas, apreensão de armas. Ou seja, no máximo, 27,9% das ocorrências diárias dependeriam da atuação – direta e indireta – da Polícia. E apenas 12,6% dependeriam mais diretamente da sua atuação – as 75 ocorrências diárias de roubo, tentativa, assalto e furto de automóvel.

Mas, mais ainda, se esse quadro pode sugerir um certo retrato da violência urbana em São Paulo, ele também revela como o “discurso da suspeita” ilumina o espaço público das ruas enquanto preserva na sombra outros espaços da violência social que, no Brasil, continuam privados: a violência nas fábricas e locais de trabalho (tipo Construtora Alfredo Mathias), nas escolas, nas instituições totais. Sem mencionar a violência na vizinhança e, especialmente, nas famílias, espaço privado inquestionado e inquestionável de “machos predadores”. A mesma administração panóptica que diferencia, classifica, hierarquiza, controla, vigia e reprime o espaço público das ruas – com a exceção óbvia dos “acidentes” de trânsito – preserva numa segunda cena o território privado dos pais, maridos, chefes e patrões.

Finalmente, se a máquina panóptica é uma das faces do poder, ela não nos deve seduzir a ponto de esquecer sua outra face: a sua paixão pelo espetáculo, pela mobilidade e pela visibilidade. O poder não apenas se camufla em teias microscópicas. No espaço público ele se ostenta, se exhibe, é coreografia. Mais ainda, especialmente sob o regime do terror, os dois dispositivos – escópico e exibicionista – são mediações justificadoras da passagem ao ato ⁴¹.

Quando as rondas tanáticas ⁴² percorrem as ruas da cidade cabe perguntar sobre o destino das rondas eróticas. Em um dos seus significados, ronda é um jogo de azar, jogado com um baralho e qualquer número de parceiros; mas, em cada queda, há apenas duas chances. Se, em 1984, sob as cores das “Diretas Já”, as rondas eróticas ganharam a parada e desfilaram pelas ruas de São Paulo, parece que, em geral, a banca é que tem sido a vencedora ...

41 Discordo, portanto, daqueles que, seguindo uma interpretação inaugurada por Michel Foucault, especialmente em *Vigiar e Punir* – “Nossa sociedade não é de espetáculos mas de vigilância (...)”, (Foucault, 1983, p. 190) – têm ressaltado o “panoptismo” como dispositivo do poder associado a uma prática puramente “voyeurista”. Como se sabe, o “voyeur” mantém um espaço vazio, uma separação entre o objeto e o olho: seu olhar fixa o objeto à boa distância e coloca “em cena no espaço a fenda que o separa para sempre do objeto” (Metz, 1980, p. 73). Preserva-se, portanto, do “acting out”, ao contrário do que pode ocorrer nestas rondas policiais.

42 Na reportagem “Policiais violentos? A PM quer acabar com isso”, *Shopping News*, São Paulo, 4 mai. 1986, p. 5, é divulgado o número oficialmente reconhecido de pessoas mortas em confrontos com os policiais:

Mortos em confrontos

ANO	PM	Civis
1982	26	286
1983	45	328
1984	47	481
1985	33	584
1986	7	89

- Nas divulgações oficiais da Secretaria da Segurança Pública os civis aparecem sob a denominação de “assaltantes” ou “marginais”.
- Não há dados oficiais do mesmo tipo para os anos anteriores a 1982.

134 FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): 121-134, 2.sem. 1989.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Going around the city: a choreography of power. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1(2): 121-134, 2.sem. 1989.

ABSTRACT: This article attempts to interpret some dimensions of a common police practice in São Paulo during the 1970's that consisted in keeping under permanent and minute watch the urban space, through the "rondas", or mobile patrols constantly going around the city. It analyses the reorganization of the police apparatus under the influence of "national security" ideology which, centered on the idea of an "internal enemy", puts under suspicion every citizen, especially the working man, who is thus discriminated against and bears the burden of proving that he is neither part of "marginalized" gangs nor a "bandit". It also discusses how, during this period, the press tends to criticize such practices only for the "excess" of their zeal, going sometimes "too far". Finally, it emphasizes some paradoxical aspects in the "discourse of suspicion", amongst which the most outrageous one: in the name of "good citizens", citizenship itself is destroyed.

UNITERMS: police violence, urban violence, police vigilance, citizenship.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1983.

LACAN, Jacques. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.

METZ, Christian. O significante imaginário. In: METZ, Christian et alii. *Psicanálise e Cinema*. São Paulo, Global, 1980. p. 71-82.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: PAOLI, Maria Célia et alii. *A violência brasileira*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982. p. 57-92.

RAUFER, Xavier. *Le cimetière des utopies. Violence sociale: des solutions existent*. Paris, Éd. Sugar, 1985.

Jornais:

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo: 26 jan. 1983, 7 abr. 1985, 9 abr. 1985.

JORNAL DA TARDE, São Paulo: 3 mai. 1976, 8 set. 1976, 13 set. 1976, 17 set. 1976, 25 jul. 1977, 30 nov. 1976, 27 dez. 1977.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo: 4 nov. 1976, 5 nov. 1976, 2 nov. 1976, 22 nov. 1976, 30 jul. 1977, 16 mai. 1985.

ÚLTIMA HORA, São Paulo: 29 jul. 1976.

SHOPPING NEWS, São Paulo: 4 mai. 1986.

Revista VEJA, São Paulo, 4 mai. 1986.